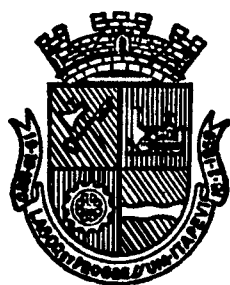


CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

1245

PROCESSO Nº 008/95

PROJETO Nº 008/95

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Autoriza o Poder Executivo a proceder no
orçamento vigente, a abertura de Crédito
Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00
destinado a execução de Plano de Tráfego e
Transporte Público no Município."

LEI 1245/98

DIGITALIZADO
POR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 08/95

Itapevi, 03 de março de 1995

Senhor Presidente,

Tem a presente por finalidade encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara, o incluso Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00, destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município.

A propositura visa estabelecer, no orçamento vigente, dotação específica para inserção da despesa relativa à execução do projeto supra mencionado, cuja cobertura será realizada mediante repasse de verba, conforme convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretária dos Transportes Metropolitanos (cópia anexa).

O procedimento licitatório será realizado pelo Município, motivo porque a necessidade de previsão orçamentária, não efetuada na proposta orçamentária (Lei 1.225/94 - Orçamento 1995) por ter sido esta encaminhada a essa Colenda Câmara, por força de lei, em data anterior à confirmação do convênio, 26 de dezembro de 1994.

A execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município é de extrema importância, visto que viabilizará sejam efetivadas, no setor, as medidas necessárias ao crescimento econômico, a seguir descritas:

- análise de adequação do Corredor de Integração Oeste à atual realidade do Município;
- elaboração de plano de novas vias do Município contemplando a implantação do Corredor Oeste de Integração;
- plano de reorganização do trânsito urbano do Município;
- reorganização do sistema de transporte municipal com o sistema metropolitano;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

- estudo de circulação de pedestres na área central de Itapevi; e
- estudo de viabilidade de implantação de um terminal rodoviário urbano para integração dos sistemas de ônibus municipal e metropolitano.

Considerando a necessidade de inserção da dotação orçamentária específica em tempo hábil, visto que o empenho da despesa foi devidamente concretizado pela Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (cópia anexa), solicito seja a apreciação realizada em sentido de urgência, conforme prerrogativa inserida no artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Nobres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

RECEBEMOS
03 / 03 / 95

SECRETARIA

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

FLS. N.º	44
PROC. N.º	4458/94
a)	B

CONVÊNIO STM nº 005/94
Processo STM nº 467/94

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS, E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI OBJETIVANDO A ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRÁFEGO E TRANSPORTE PÚBLICO.

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes Metropolitanos, com sede à Rua Butantã, nº 285 - Capital, neste ato representada por seu Titular, **Dr. Jorge Fagali Neto**, conforme autorização concedida pelo Decreto nº 39.635, de 06 de dezembro de 1994, doravante designada **SECRETARIA** e, de outro o **MUNICÍPIO DE ITAPEVI** neste ato representado por seu Prefeito, **Sr. João Carlos Caraméz**, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.197, de 20 de maio de 1994, adiante denominado **MUNICÍPIO**, acordam entre si,

Considerando que a execução da política estadual de transportes urbanos de passageiros para as regiões metropolitanas compreende também a promoção de medidas de apoio e infra estrutura viária junto aos Municípios que a integram e,

Considerando mais que a execução do objeto deste convênio é parte integrante do projeto de interesse metropolitano denominado Plano de Tráfego e Transporte Público que muito contribuirá para a melhoria da segurança e conforto dos usuários das linhas de ônibus metropolitanos,

firmam o presente Convênio, que se regerá pela Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio a elaboração de Plano de Tráfego e Transporte Público.

[Handwritten signatures]



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

FLS. N.º 12

PROC. N.º 7758134

a)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente convênio é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS

A despesa decorrente da execução do presente convênio, no montante de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), onerará o Código 37, Unidade de Despesa 002 - Coordenadoria de Assistência aos Municípios, Categoria Funcional Programática 16.91.572.2.984, Elemento Econômico 3223-30, do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos de responsabilidade do Estado serão repassados parceladamente ao **MUNICÍPIO**, através de ordem de pagamento ao Banco do Estado de São Paulo S/A - **BANESPA**, na seguinte conformidade:

- 1ª parcela: no valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), em até 15 (quinze) dias após a assinatura do convênio;
- 2ª parcela: no valor de R\$ 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais), após a elaboração de 50% (cinquenta por cento) do objeto convênido, conforme medições efetuadas pela **SECRETARIA**, observado o cronograma físico-financeiro que integra o presente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS PARTICÍPES

- 1. Compete ao Município:
 - a) providenciar por sua conta e risco, a execução dos serviços de elaboração do Plano de Tráfego e Transporte Público em até 150 (cento e cinquenta) dias, observando o estipulado na cláusula anterior e na conformidade do respectivo cronograma físico-financeiro que integra o presente;
 - b) promover a contratação dos serviços, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial as Leis Federais n.ºs. 8.666/93 e 8.883/94 e a Lei Estadual n.º 6.544/89;
 - c) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto avençado, até sua conclusão, com observância do estipulado nos Ofícios 095/93, 276/94 e do cronograma físico-financeiro;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

FLS. N.º 13
PROC. N.º 7408131
B

apresentar prestação detalhada de contas dos gastos efetuados com o valor repassado pela Secretaria, observando o disposto na Cláusula Décima deste Convênio;

- e) comunicar à SECRETARIA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ocorrências que impossibilitem a execução dos serviços, esclarecendo os motivos determinantes;
- f) colocar à disposição da SECRETARIA a documentação referente à aplicação dos recursos repassados, permitindo a mais ampla fiscalização do desenvolvimento das obras/serviços objetivados no ajuste;
- g) obriga-se nos casos de não utilização dos recursos para o fim conveniado, ou de sua aplicação em desacordo com os termos do presente, a devolvê-los acrescidos da correção monetária, se houver, a partir da data do seu repasse;
- h) no caso de rescisão de que trata a Cláusula Oitava deste Convênio, devolver o valor repassado ou parte dele, conforme o caso, acrescido de correção monetária, se houver, calculada pela variação da UFESP - Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, desde a data do repasse.

2. Compete à Secretaria:

- a) responsabilizar-se pelo repasse do montante avençado, na forma e condições estabelecidas neste instrumento;
- b) examinar a prestação de contas do MUNICÍPIO, relativa à transferência do valor ajustado, comunicando sua aprovação ou a ocorrência de eventuais irregularidades encontradas, para providências quanto à sua regularização;
- c) integrar no presente instrumento, os ofícios de nº 095/93 e 276/94;
- d) aprovar, o detalhamento constante no cronograma físico-financeiro que integra o presente instrumento, que deve ser respeitado e mantido pelo MUNICÍPIO;
- e) comunicar ao MUNICÍPIO as irregularidades verificadas no desenvolvimento dos trabalhos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua constatação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Poderão os partícipes, de comum acordo, promover alterações do avençado ou modificações em suas cláusulas, observados os parâmetros legais e regulamentares, em especial a limitação no Decreto nº 39.635 de 06 de dezembro de 1994, através de termo próprio.

[Handwritten signatures]



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

FLS. N.º	14
PROC. N.º	7758/94
a)	B

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

Este convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, desde que o faça por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este convênio poderá, entretanto, ser rescindido por descumprimento das obrigações avençadas, nas hipóteses dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, combinado com os artigos 75 a 78 da Lei Estadual nº 6.544/89, respondendo cada um dos partícipes pelas obrigações assumidas até a rescisão.

Parágrafo único - Neste caso, será indicada uma comissão para análise dos trabalhos desenvolvidos até a data da rescisão, que será composta de 04 (quatro) elementos, sendo 02 (dois) indicados pela SECRETARIA e 02 (dois) pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Os partícipes, independentemente das obrigações decorrentes deste convênio, indicarão, no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir de sua assinatura, representantes para o acompanhamento, fiscalização e controle de sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O MUNICÍPIO obriga-se a aplicar os recursos repassados ou seus saldos em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no parágrafo anterior obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, acrescido de correção monetária, se houver, até a data do efetivo depósito.

[Handwritten signatures]



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

PROC. N.º 4758/91
a) *B*

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos através de guia de recolhimento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração da tomada de contas especial dos responsável, providenciada pelo Coordenador de Assistência aos Municípios.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na prestação de contas dos gastos efetuados com os valores repassados deverão constar os seguintes documentos:

- a) ofício do Prefeito Municipal encaminhando a prestação de contas à SECRETARIA;
- b) extrato bancário da conta vinculada a este convênio, contendo seu movimento diário;
- c) extrato das aplicações no mercado financeiro;
- d) planilha de acompanhamento contábil-financeiro, com a anexação dos comprovantes das despesas efetuadas ou das notas fiscais/fatura referentes ao objeto do convênio, emitidos em nome do MUNICÍPIO, devendo mencionar CONVÊNIO STM, seguido do número constante no preâmbulo do Termo de Convênio;
- e) laudo técnico emitido por auxiliar-técnico da prefeitura, responsável pelo acompanhamento físico do objeto conveniado, indicando o estágio da obra/serviços e atestando que está em consonância com as especificações técnicas e cronograma físico-financeiro.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes da execução deste Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

inf. N.º 11



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

FL. N.º 10
PROC. N.º 7758/94
B

E por estarem de comum acordo, firmam o presente Convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, que também o assinam.

São Paulo, 26 de dezembro de 1994.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Jorge Fagali Neto
JORGE FAGALI NETO
Secretário de Estado

MUNICÍPIO DE ITAPEVI

João Carlos Caraméz
JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

Albino da Silva Junior
RG 8.436.068
R. Barão de São João, 285 - 8º andar

Silviano de Jesus
RG 8.436.068
R. Barão de São João, 285 - 8º andar



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

A)

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

DATA DE CONTABILIZAÇÃO

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		DESTINO DOS RECURSOS		TIPO DO EMPENHO		IMPORTÂNCIA					
<input checked="" type="checkbox"/> 21	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA OU CRÉDITO SUPLEMENTAR	<input type="checkbox"/> 1	ADIANTAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> 1	ORDINÁRIO	<input type="checkbox"/> 2	GLOBAL	75.600,00			
<input type="checkbox"/> 22	CRÉDITO ESPECIAL OU CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	<input type="checkbox"/> 2	CONTRATO	<input type="checkbox"/> 3	ESTIMATIVA						
<input type="checkbox"/> 23	ALOCUÇÃO DOS SERVIÇOS EM REGIME DE PROG. ESPECIAL	<input type="checkbox"/> 3	SURVENÇÃO	<input type="checkbox"/> 4	REFORÇO DO EMPENHO						
ORG.	U.O.	U.D.	FUNC.	PROG.	SUB-PROG.	PJ/AT	AÇÃO	CLASSIF. DESPESA	MUN.	CONTRATO	OBRA
037	001	002	16	91	5722	984	0000	3223,30			

CARACTERÍSTICAS DO CREDOR

TIPO	CÓDIGO	NOME:
005		Prefeitura do Município de Itapetininga

QUOTAS	SALDO ANTERIOR	SUPLEMENTADO/REDUZIDO	EMPENHO	RESPONDE
1º				
2º				
3º				
4º	222.916,60		75.600,00	147.316,60
DEMONSTRAÇÃO DO ELEMENTO	118.324,13		75.600,00	42.714,13

PREVISÃO DE PAGAMENTO											
PARC.	VALOR	MÊS	ANO	PARC.	VALOR	MÊS	ANO	PARC.	VALOR	MÊS	ANO
01	75.600,00	12	94	02				03			
04				05				06			
07				08				09			
10				11				12			

ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

PROCESSO Nº 0467/93

Para atender despesas de convênio objetivando a elaboração do Plano de Tráfego e Transporte Público, conforme autorização governamental pelo Decreto nº 39.635, de 06/12/94.

Valor R\$: 75.600,00 (Setenta e cinco mil e seiscentos reais).

MODALIDADE DE LICITAÇÃO

27/12/94

EMITIDO POR

LUCÉLIA FACHINI
RG. 10.238.750

Chefe Seção Orçamento - D.F.

ORDENADOR DA DESPESA

SÉRGIO RUIZ (CPF 00000000000)

Coordenador CAP

EXAME CONTÁBIL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

FLS. N.º	09
PROC. N.º	4458/94
a)	<i>[assinatura]</i>

LEI Nº 1.197, DE 20 DE MAIO DE 1994

(Dispõe sobre autorização para realização de convênios com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, objetivando o repasse de verba para a implantação de Plano de Tráfego e Transporte Públicos e dá providências correlatas)

JOÃO CARLOS CARANEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênios com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, objetivando o repasse de verba para a implantação de Plano de Tráfego e Transporte Públicos.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do orçamento vigente da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 20 de maio de 1994

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

LEI Nº 1.197/94

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

PROC. N.º 7758/94

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 20 de maio de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 008/95

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00, destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de repasse, conforme Convênio STM nº 005/94, firmado em 26 de dezembro de 1994 entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes Metropolitanos, e o Município de Itapevi, autorizado pela Lei Municipal nº 1.197, de 20 de maio de 1994.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 03 de março de 1995

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 008/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável e merece ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07 de março de 1.995.-

Comissão nº 01


VALTER FRANCISCO ANTÔNIO


JOÃO FERREIRA DO MONTE


NORMA LUCIA R. DE SOUZA


ANTÔNIO DE SOUZA FARIAS


BENEDITO VAL FERREIRA

Comissão nº 02


LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER


HERMOGENEZ JOSÉ SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS


JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

Parecer Conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 008/95

Senhor Presidente:-

Quanto ao aspecto legal, nada há que objetar.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável e merece ser aprovada.

E o parecer.

Sala das Comissões, 07 de março de 1.995.-

Comissão nº 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LÚCIA R. DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

Comissão nº 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSÉ SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

A U T O G R A F O N º 0 0 8 / 9 5

(Projeto de Lei nº 008/95 - DO EXECUTIVO)

A CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, **Aprova** a seguinte Lei:

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00, destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município)

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de repasse, conforme Convênio STM nº 005/94, firmado em 26 de dezembro de 1994 entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes Metropolitanos, e o Município de Itapevi, autorizado pela Lei Municipal nº 1.197, de 20 de maio de 1994.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapevi, 08 de março de 1995.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente


SERGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.245, DE 10 DE MARÇO DE 1995

(Autoriza o Poder Executivo a proceder, no orçamento vigente, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00, destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, no orçamento vigente, estabelecido pela Lei 1.225, de 30 de novembro de 1994, a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 75.600,00 (setenta e cinco mil e seiscentos reais), destinado a execução de Plano de Tráfego e Transporte Público no Município.

Art. 2º O crédito referido no artigo 1º será coberto com recurso proveniente de repasse, conforme Convênio STM nº 005/94, firmado em 26 de dezembro de 1994 entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria dos Transportes Metropolitanos, e o Município de Itapevi, autorizado pela Lei Municipal nº 1.197, de 20 de maio de 1994.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 10 de março de 1995.

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

SERGIO BOSSAM
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 10 de março de 1995.

ALICE GONÇALVES DO NASCIMENTO
Secretária de Apoio Administrativo